

Por Gustavo Côrtes

Medida dá ao órgão permissão para acessar informações sobre operações financeiras e estabelece compartilhamento de dados com regulador do mercado de previdência

O presidente do [Tribunal de Contas da União \(TCU\)](#), Vital do Rêgo, publicou nesta quarta-feira, 26, uma instrução normativa que torna mais rigorosos os processos de fiscalização sobre fundos de pensão de empresas estatais. A medida ocorre após o órgão iniciar uma auditoria na [Previ](#), que administra planos de aposentadoria dos funcionários do [Banco do Brasil](#), para apurar as causas de uma perda estimada em R\$ 17 bilhões em 2024.

Entre os poderes delegados ao TCU está o de realizar monitoramento contínuo das operações, com permissão para coletar e analisar dados financeiros e atuariais, relatórios de auditoria e indicadores de desempenho e risco. Também poderá iniciar processos para apurar fatos que considerar suspeitos, fazer diligências em órgãos federais envolvidos e punir gestores por eventuais irregularidades.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: Estadão, em 26.03.2025